

O QUE PENSAM OS PORTUGUESES 2025

DESCENTRALIZAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

PEDRO ADÃO E SILVA
ISABEL FLORES



ipps_iscte

Melhores Políticas
Públicas

O QUE PENSAM OS PORTUGUESES 2025

DESCENTRALIZAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

Título

O que Pensam os Portugueses 2025:
Descentralização, Desconcentração
e Regionalização

Autores

Pedro Adão Silva
Isabel Flores

Ilustração

Eva Evita

Layout e Paginação

RPVP Designers
Todos os direitos reservados
© 2025, IPPS-Iscte

Impressão

Grafisol

Tiragem

500 exemplares
1.ª edição maio 2025

ISBN
978-989-8990-69-3
Depósito Legal
XXX

**IPPS-Iscte – Instituto para
as Políticas Públicas Sociais**
Avenida das Forças Armadas,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,
Edifício 1, 1649-026 Lisboa
+351 210 464 021/316
geral.ipps@iscte-iul.pt
ipps.iscte-iul.pt

Índice

6	Nota introdutória e metodológica
9	O MUNICIPALISMO
10	Confiança nas instituições
12	Preocupação com os cidadãos
14	Evolução do contexto na última década
16	Evolução favorável da situação no seu município: o que pensa quem lá vive
18	Avaliação da satisfação com os vários domínios de política pública a nível municipal
20	Avaliação da satisfação com os vários domínios de política pública por região
23	A DESCENTRALIZAÇÃO E A DESCONCENTRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
24	Nível de conhecimento sobre o processo de descentralização
26	Que entidade está mais bem preparada para implementar as políticas
28	As autarquias com melhores condições de implementação de políticas públicas: a visão dos habitantes das regiões
30	Adequação da atual distribuição de competências entre poder central e local
32	Mais competências para as regiões e autarquias: na opinião de quem lá vive
34	Nível adequado para implementação de políticas setoriais
37	A REGIONALIZAÇÃO
38	A regionalização deverá ser novamente discutida
40	Devemos referendar a regionalização ou delegar essa decisão
42	Revisitar a regionalização e concordância com decisão por referendo
44	Posicionamento ideológico e concordância com referendo
46	Como devem ser escolhidos os presidentes das regiões (CCDR)
48	Conclusões

Nota introdutória e metodológica

Neste relatório, procuramos compreender o que pensam os portugueses sobre municipalismo, desconcentração e descentralização de responsabilidades nas políticas públicas e regionalização.

Num ano de eleições autárquicas, quando nos aproximamos de cinco décadas de poder local democrático e num momento em que o nível de competências transferidas da Administração Central para os municípios e regiões administrativas é já significativo, faz sentido perceber de que forma a sociedade portuguesa olha para este processo.

Esta análise está organizada em três partes distintas:

- na primeira, será analisada a relação dos portugueses com o poder municipal, designadamente a confiança e a avaliação que é feita das Autarquias;
- na segunda, será abordada a transferência de responsabilidades nos vários domínios das políticas públicas e qual o nível que é considerado adequado para serem tomadas decisões;
- na terceira e última parte, serão tratados dados relativos ao processo de regionalização, nomeadamente procurando saber se a discussão deve ser reaberta e em que moldes.

FICHA TÉCNICA

Este relatório baseia-se num inquérito a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos residentes em Portugal Continental.

Foram contactados 14.297 números telefónicos elegíveis e obtidas 3.059 entrevistas telefónicas válidas, com uma taxa de resposta de 21,4%.

A amostra foi construída por forma a garantir a representatividade a nível de NUTS II e foram aplicadas quotas de sexo, idade, região e instrução em linha com os censos de 2021.

Considerando um grau de confiança de 95%, a margem de erro é de: 2% para Portugal Continental; 3% para a região Norte; 4% para a região Centro e Lisboa e Vale do Tejo; 5% para o Alentejo e Algarve.

O trabalho de campo foi realizado pela GfK Metris por 59 entrevistadores com experiência e formação, e decorreu entre os dias 13 de fevereiro e 14 de abril de 2025 (nos dias úteis entre as 17h e as 22h e ao fim-de-semana entre as 11h e as 22h) através de entrevista telefónica, pelo sistema CATI (Computer Assisted Telephone Interviewing), com base em questionário elaborado pelos autores deste relatório.

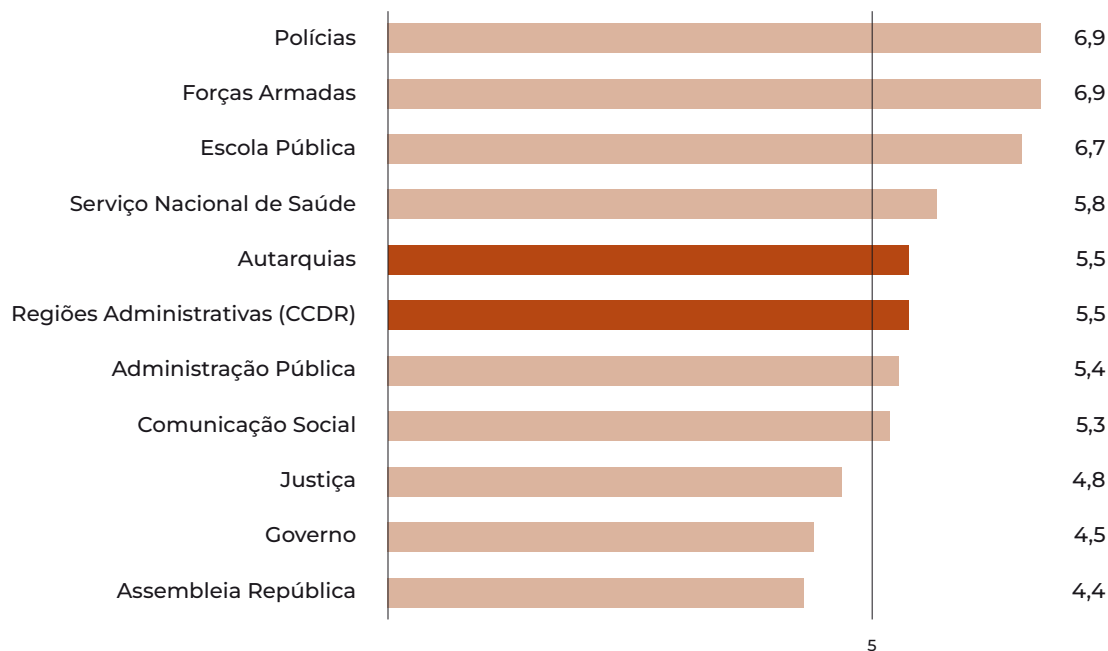
O MUNICIPALISMO

- **Confiança moderada no poder local**
- **As câmaras municipais e as juntas de freguesia são quem mais se preocupa com as pessoas**
- **A proximidade face às instituições melhora a opinião sobre a evolução da situação geral na última década**
- **A satisfação com a generalidade dos serviços prestados ao nível municipal é elevada**

Confiança nas instituições

Como classificaria o grau de confiança que deposita em cada uma das seguintes instituições

Média (escala de 0 a 10)



**Autarquias e Regiões
avaliadas com**

5,5

(ESCALA DE 0 A 10)

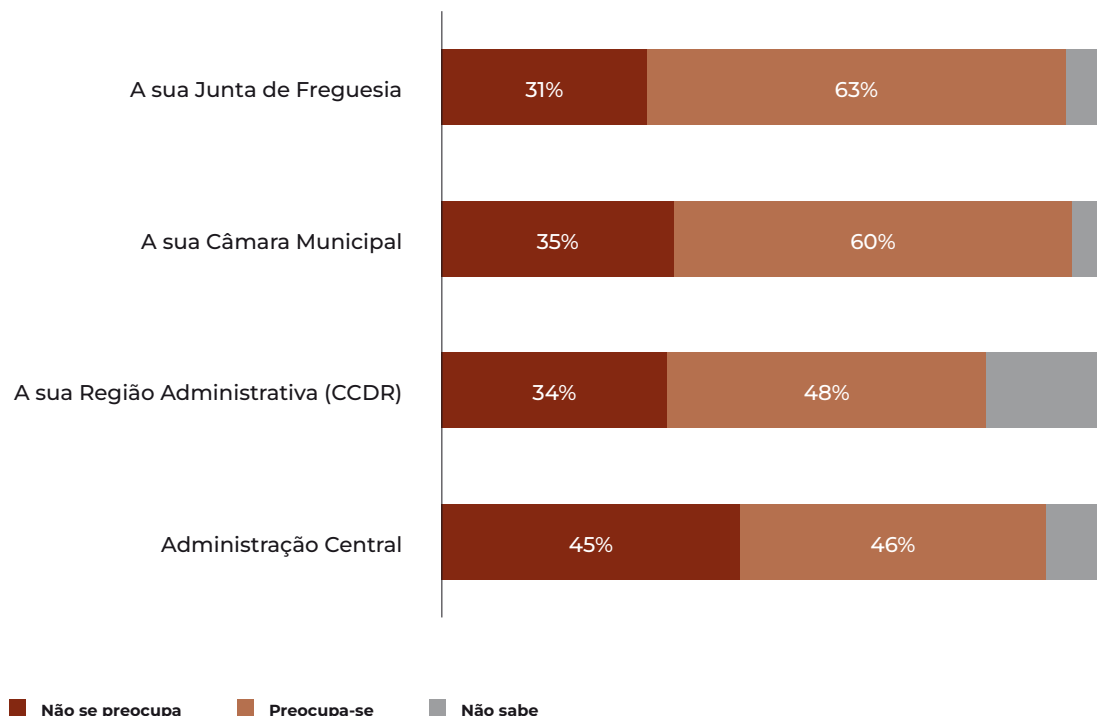
**são consideradas como
moderadamente confiáveis**

Considerando a confiança nas instituições, as autarquias e as regiões administrativas têm uma avaliação marginalmente positiva e ligeiramente acima do ponto médio. Como tende a acontecer quando este tipo de questões é colocado, as instituições ligadas às funções de soberania destacam-se pela positiva (Polícias e Forças Armadas), enquanto a Justiça e as instituições políticas (Governo e Parlamento) se destacam pela negativa, ficando abaixo do ponto médio da escala. No caso deste inquérito, importa destacar que a Escola Pública surge entre as instituições mais merecedoras de confiança, inclusive acima do Serviço Nacional de Saúde.

Preocupação com os cidadãos

Para cada uma das seguintes entidades, em que medida acha que se preocupam com pessoas como o senhor/a?

% Inquiridos



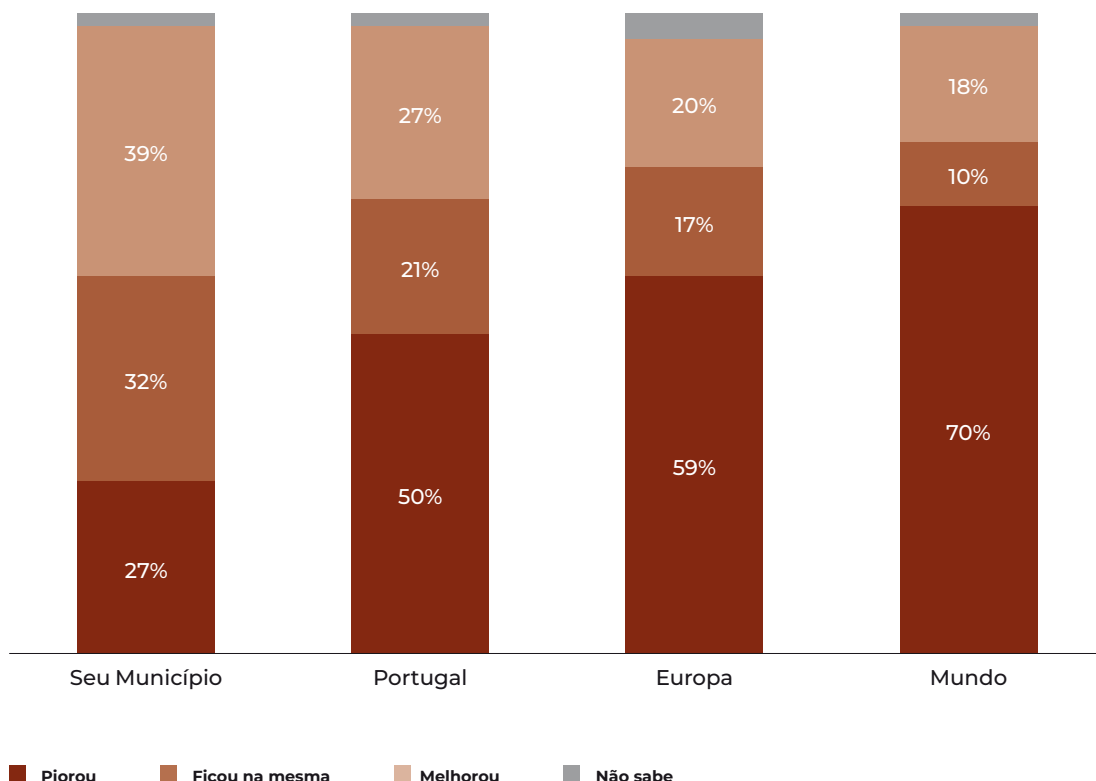
60%
dos inquiridos
consideram que a sua
câmara municipal
se preocupa
com as pessoas

Considerando juntas de freguesia, câmaras municipais, regiões administrativas e administração central resulta que quanto maior a proximidade do nível de governo mais os inquiridos reconhecem uma preocupação com os cidadãos. Enquanto as instâncias do poder local – juntas de freguesia e câmaras municipais – surgem respetivamente com 63% e 60%, o valor para as regiões administrativas (CCDR) é bastante inferior (48%), aproximando-se do da administração central (46%). É de sublinhar que em relação às Regiões administrativas (CCDR) existe um grande número de inquiridos que dizem não saber (17%).

Evolução do contexto na última década

Considerando os últimos dez anos, e de forma global, como é que avalia a evolução de/o...

% Inquiridos

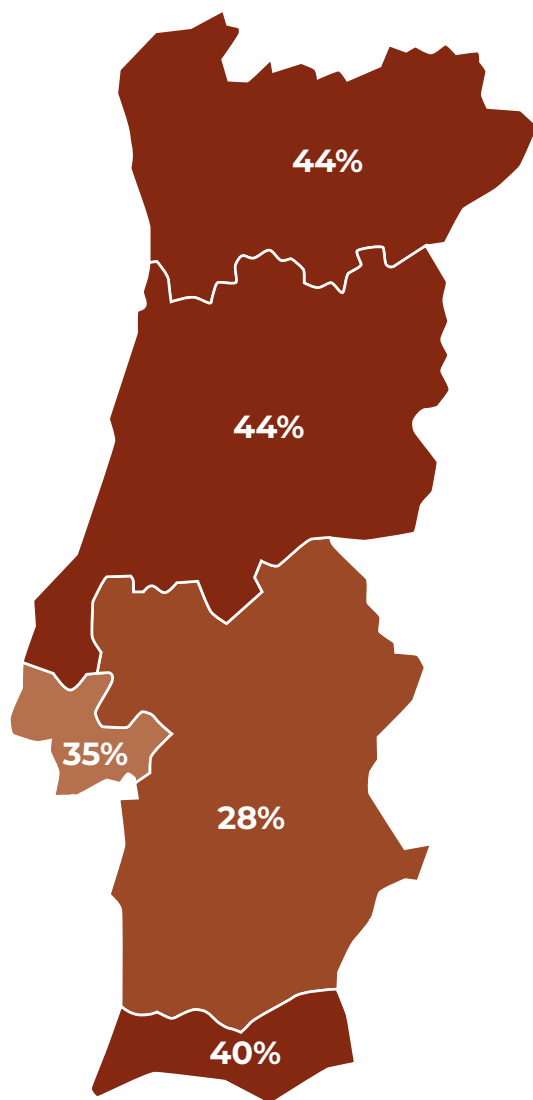


Apenas
27%
consideram que
o seu município piorou
nos últimos 10 anos

A proximidade influencia claramente a perceção face à evolução do contexto nos últimos dez anos. Enquanto em relação ao município, apenas 27% consideram que a situação piorou, 32% que ficou na mesma e 39% que melhorou, no extremo oposto encontra-se a avaliação que é feita à evolução do mundo – com 70% dos inquiridos a considerar que piorou e apenas 10% a afirmar que a situação está igual. A avaliação que é feita da evolução do nosso país é pior do que a de cada município, mas menos negativa do que a da Europa e do mundo.

Evolução favorável da situação no seu município: o que pensa quem lá vive

% Inquiridos que consideram que o seu município melhorou



Apenas

28%

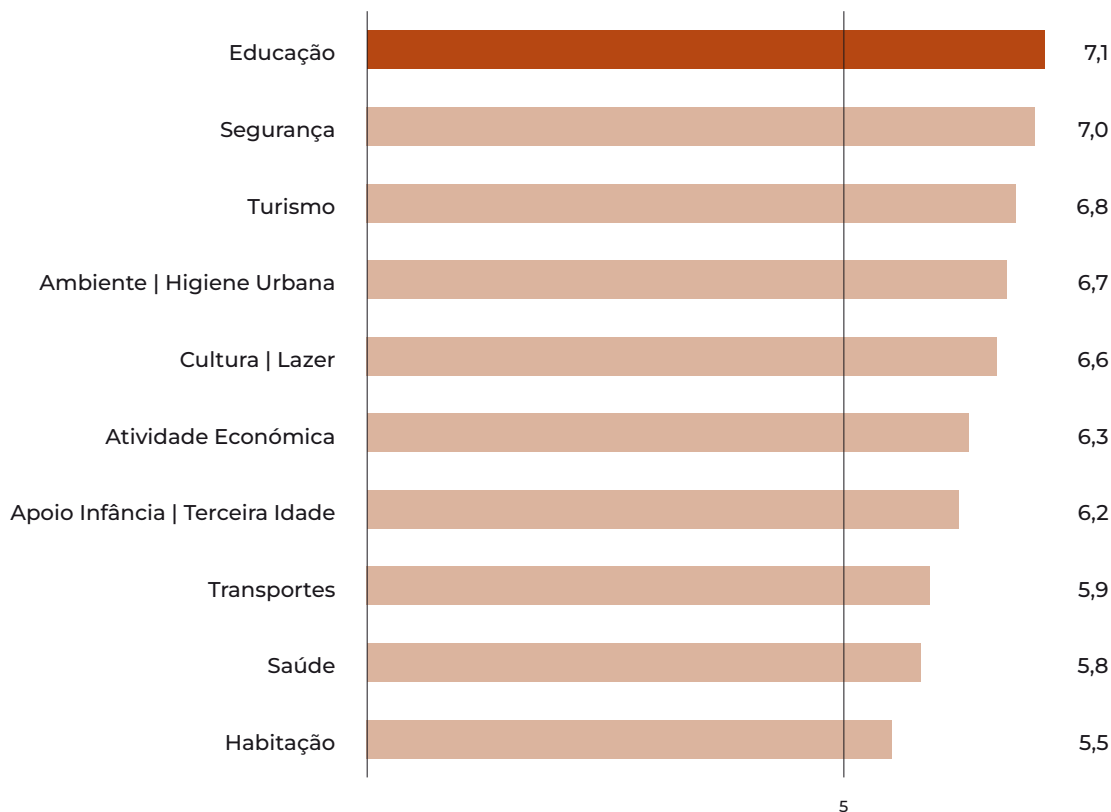
dos inquiridos no Alentejo consideram que o seu município melhorou. É a região com a percentagem mais baixa

Quando consideramos cada uma das cinco regiões administrativas do território continental, encontram-se diferenças relevantes na perceção de evolução do município na última década. Enquanto no Norte, Centro e Algarve mais de 40% dos inquiridos entendem que o seu município melhorou, nas regiões de Lisboa e do Alentejo a avaliação é mais desfavorável. É no Alentejo onde a percentagem de avaliações positivas é mais baixa – apenas 28% – e Lisboa está também abaixo da média nacional (39%) com apenas 35% a admitir a existência de melhorias.

Avaliação da satisfação com os vários domínios de política pública a nível municipal

Considerando a sua experiência e do seu agregado familiar, qual o seu grau de satisfação com o acesso aos seguintes domínios no seu município?

Média (escala de 0 a 10)



A educação atinge
um nível de satisfação de

7,1

(ESCALA DE 0 A 10)

o domínio
mais bem classificado

Os inquiridos estão globalmente satisfeitos com os serviços prestados nos vários domínios das políticas públicas ao nível municipal, sendo que todos quantificam acima do ponto médio da escala. Ainda assim apresentam níveis de satisfação mais elevados com a educação, a segurança e o turismo. Os domínios menos bem classificados foram habitação, saúde e transportes.

Avaliação da satisfação com os vários domínios de política pública por região

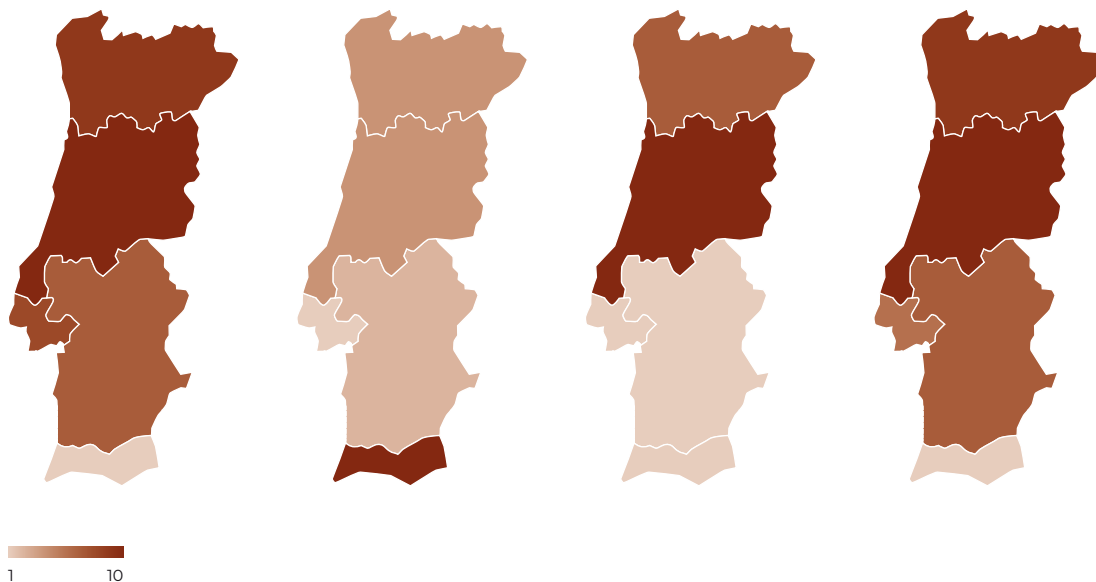
Média de satisfação com alguns domínios de política pública

Habituação

Turismo

Segurança

Educação



É no Algarve que os inquiridos estão mais satisfeitos com o Turismo

7,5

(ESCALA DE 0 A 10)

Ao desagregar por região, verificam-se algumas variações com o nível de satisfação para os vários domínios das políticas públicas.

A habitação usufrui opiniões mais positivas por parte dos inquiridos do centro do país e mais negativas no Algarve.

O turismo tem elevados níveis de satisfação no Algarve, sendo Lisboa e Alentejo as regiões com níveis mais baixos de satisfação.

O sul do país tem percepções de menor satisfação com a segurança, sendo que é a região centro onde os inquiridos mostram maior satisfação com esta dimensão.

A nível da educação é no Algarve que há mais insatisfação, ao passo que na região Centro a satisfação é mais elevada.

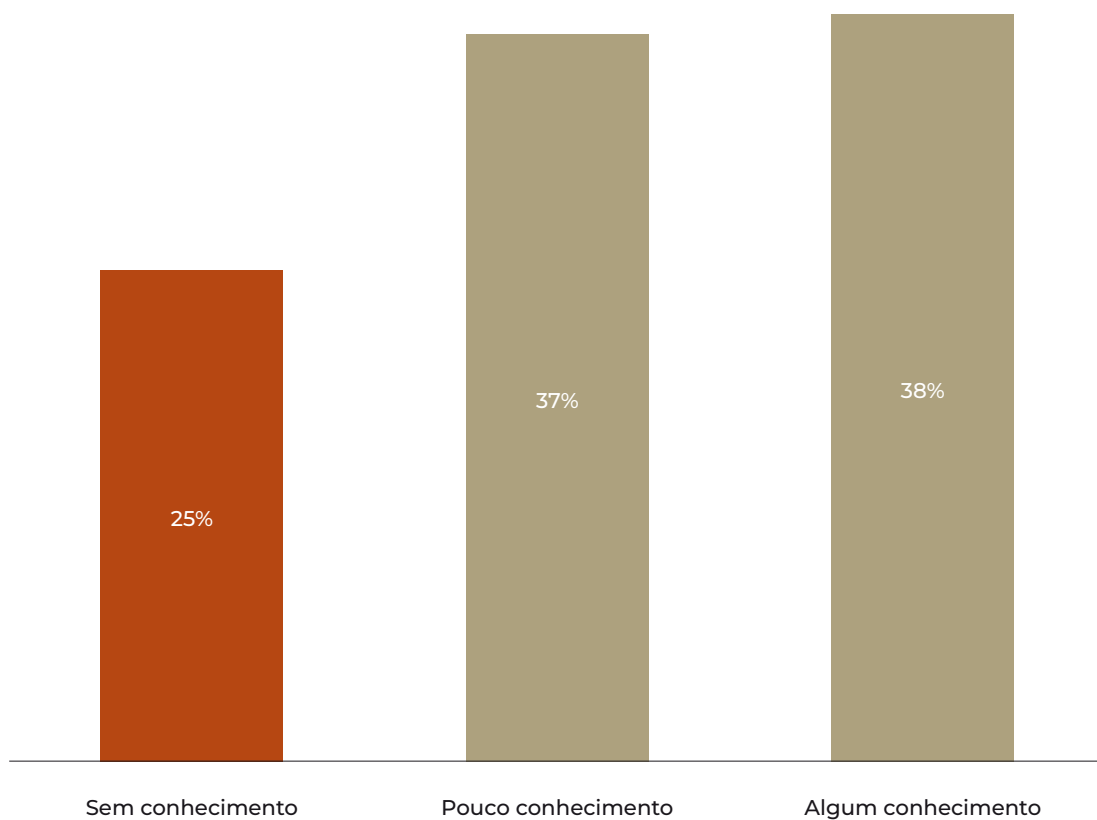
A DESCENTRALIZAÇÃO E A DESCONCENTRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Há um grande desconhecimento dos processos de descentralização em curso
- As autarquias têm melhores condições para a implementação de políticas
- Seria desejável uma maior atribuição de competências às autarquias

Nível de conhecimento sobre o processo de descentralização

Qual o seu nível de conhecimento em relação ao processo de descentralização de poderes para as autarquias e regiões, que tem estado em curso nos últimos anos?

% Inquiridos



25%

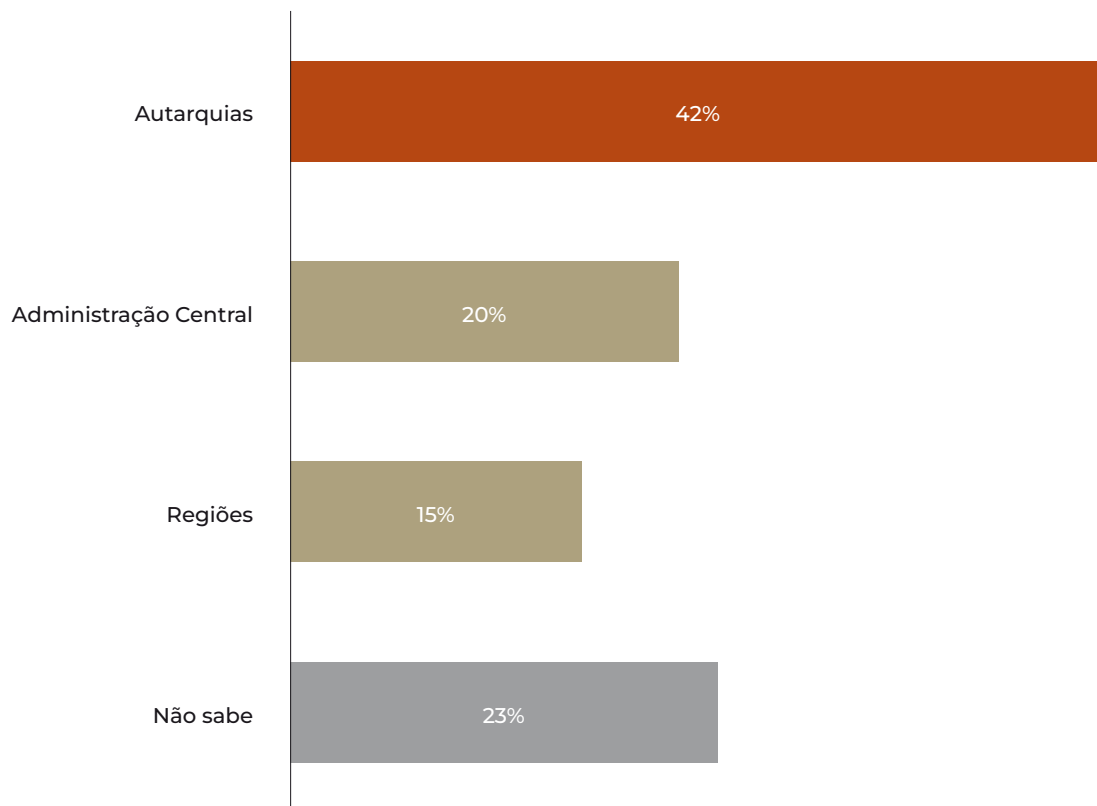
dos inquiridos declaram que nada sabem sobre o processo de descentralização

O número de inquiridos que revela pouco (37%) ou nenhum conhecimento (25%) sobre o processo de descentralização em curso é muito expressivo. Em sentido oposto, apenas 38% declaram ter algum conhecimento.

Que entidade está mais bem preparada para implementar as políticas

Há diferentes opiniões sobre quem é que melhor pode implementar as políticas públicas nos vários domínios. Na sua opinião, em Portugal, as políticas públicas são mais bem implementadas por qual das seguintes instituições?

% Inquiridos



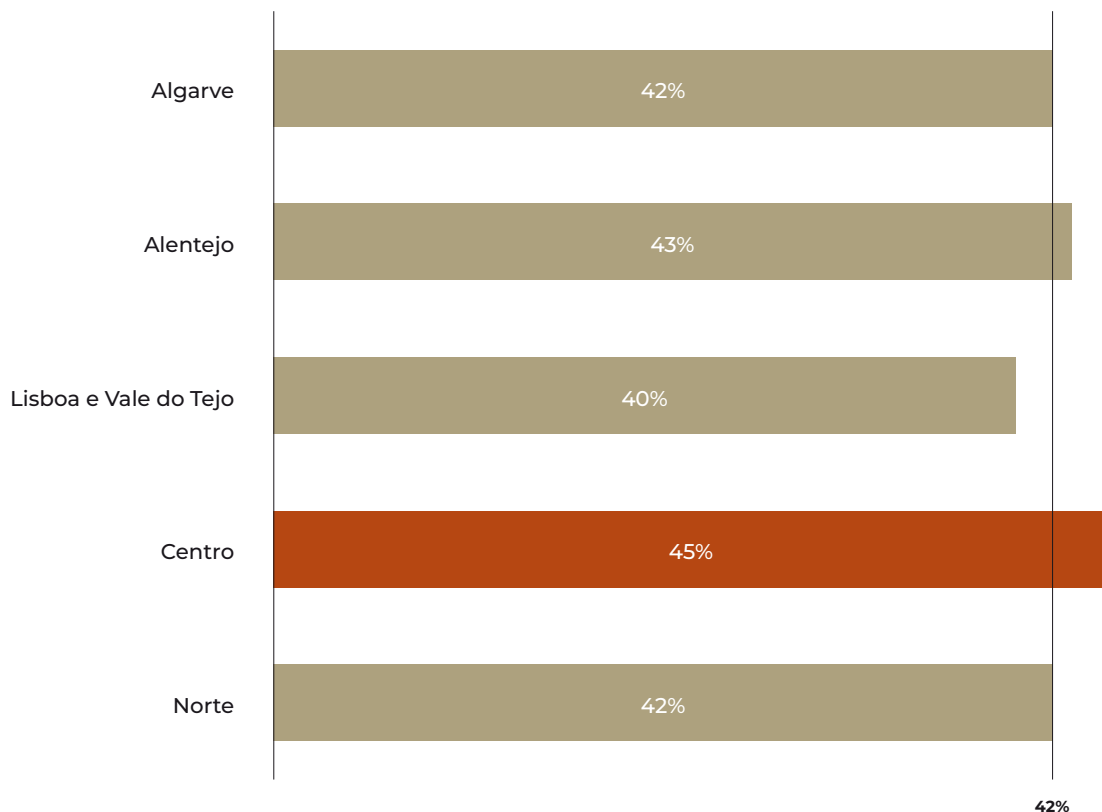
42%

entendem que as autarquias estão mais bem posicionadas para a implementação de políticas públicas

Ao serem questionados sobre o nível adequado para a implementação de políticas públicas, 42% dos inquiridos reportaram que são as autarquias quem tem mais condições para o fazer. A diferença para a administração central (20%) e para as regiões (15%) foi bastante expressiva. De realçar que esta pergunta não foi respondida por 1 em cada 5 inquiridos.

As autarquias com melhores condições de implementação de políticas públicas: a visão dos habitantes das regiões

% Inquiridos que consideraram ser as autarquias a ter melhores condições de implementação de políticas públicas



É na região Centro
que os inquiridos são
mais favoráveis
à implementação
a nível local

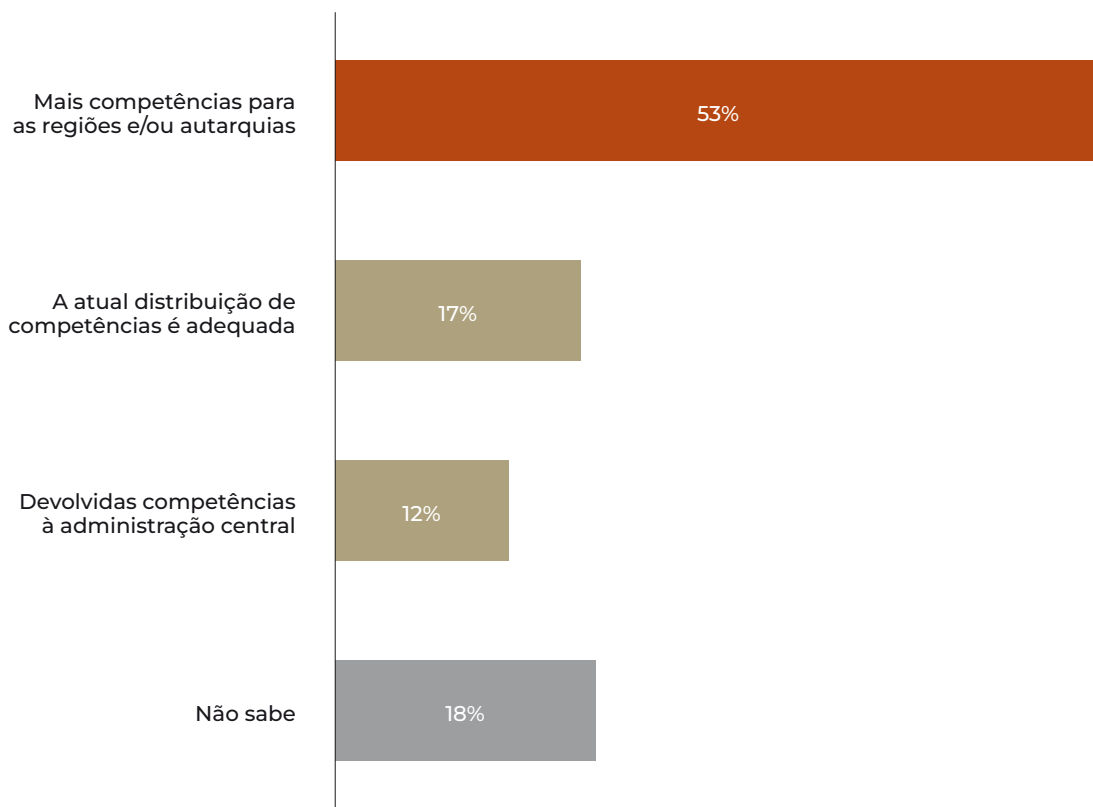
45%

Quando consideramos apenas os inquiridos que escolheram as autarquias como a instância mais adequada para a implementação de políticas públicas, mesmo sendo a opinião transversal, vislumbra-se uma ligeira variação de região para região: com a região Centro a destacar-se (com 3 pontos acima da média do território), enquanto Lisboa e Vale do Tejo tem um comportamento em sentido contrário (com 2 pontos abaixo da média).

Adequação da atual distribuição de competências entre poder central e local

Ao longo dos tempos, tem-se discutido a regionalização e a transferência de competências para as regiões administrativas e/ou autarquias. Na sua opinião, a distribuição de competências é adequada ou deveria ser alterada?

% Inquiridos



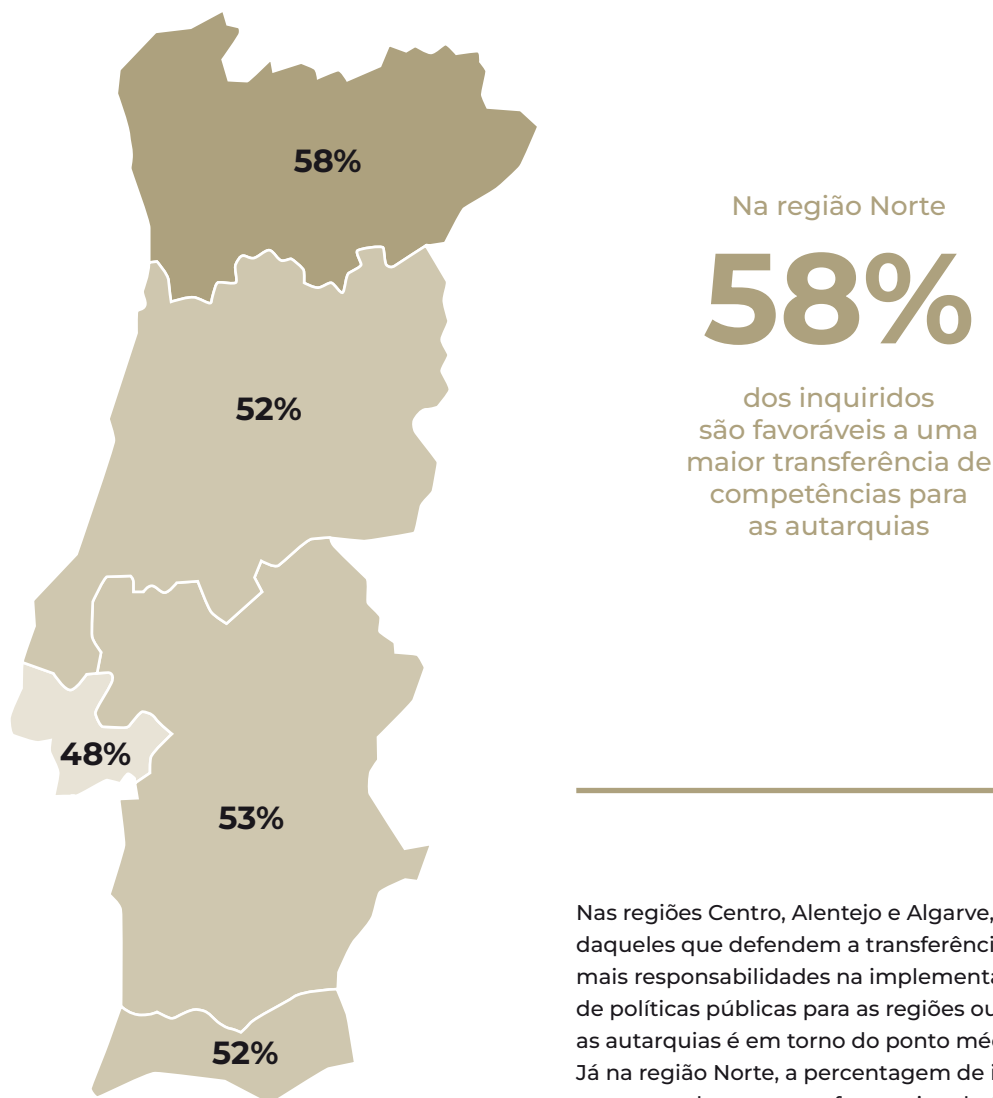
53%

dos inquiridos entendem que se deve transferir mais competências para o nível local

Em linha com a ideia de que são as autarquias a entidade mais bem posicionada para implementar políticas públicas, a maioria dos inquiridos (53%) entende que se devem transferir mais competências para o poder local, enquanto apenas 17% concordam com o nível atual de descentralização de competências. No entanto, há um número elevado que declarou não ter opinião sobre esta matéria (18%).

Mais competências para as regiões e autarquias: na opinião de quem lá vive

% Inquiridos que consideram que se deveria transferir mais competências para as regiões e autarquias

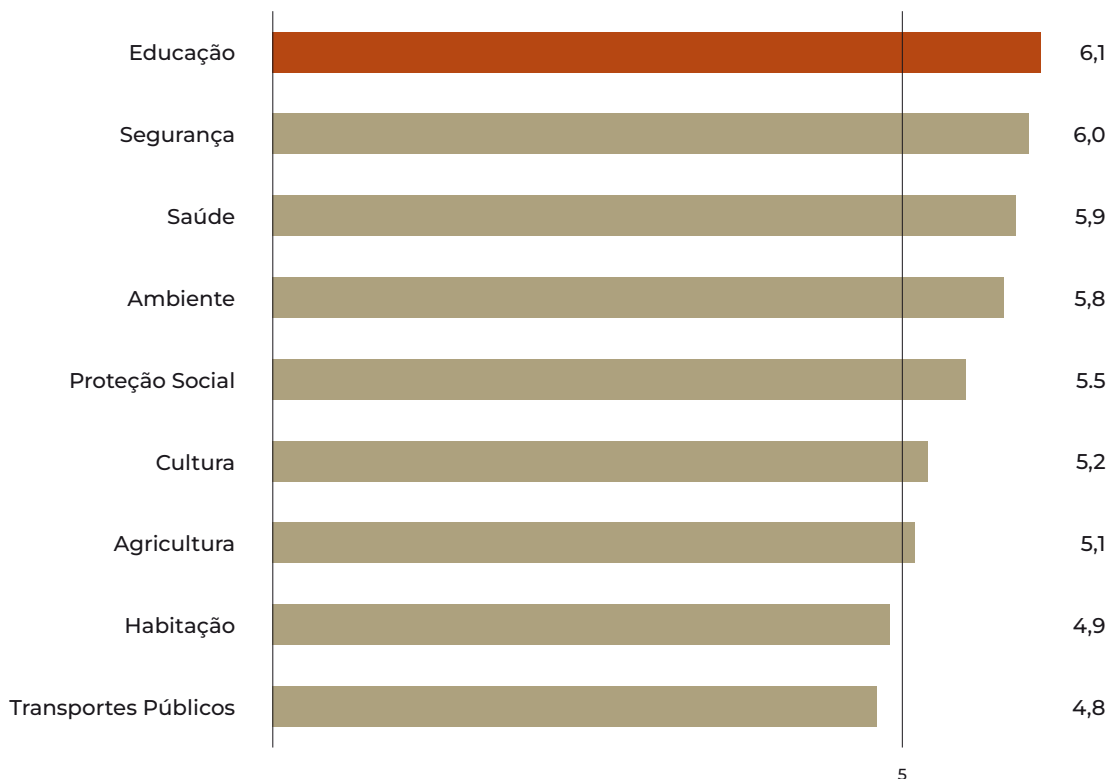


Nas regiões Centro, Alentejo e Algarve, o valor daqueles que defendem a transferência de mais responsabilidades na implementação de políticas públicas para as regiões ou para as autarquias é em torno do ponto médio (53%). Já na região Norte, a percentagem de inquiridos que entendem que a esfera regional e/ou municipal deve ter mais competências (58%) é superior à média nacional. Em sentido contrário, na região de Lisboa, esse valor é inferior à média nacional (48%).

Nível adequado para implementação de políticas setoriais

Qual o nível que considera adequado para a sua implementação, o da administração central ou da administração local

Média (0 – Totalmente descentralizada a 10 – Totalmente centralizada)



6,1

(ESCALA DE 0 A 10)

representa um valor que indica uma preferência pela centralização das políticas de educação

Ao serem questionados sobre o nível adequado para a implementação de políticas setoriais os inquiridos entendem que as políticas de Educação, Segurança e Saúde deveriam permanecer prioritariamente nas mãos do poder central, sendo que a passagem para o poder local deveria incidir prioritariamente sobre a políticas de transportes públicos e habitação. O processo de descentralização iniciado em 2018 teve particular incidência na educação, saúde e proteção social.

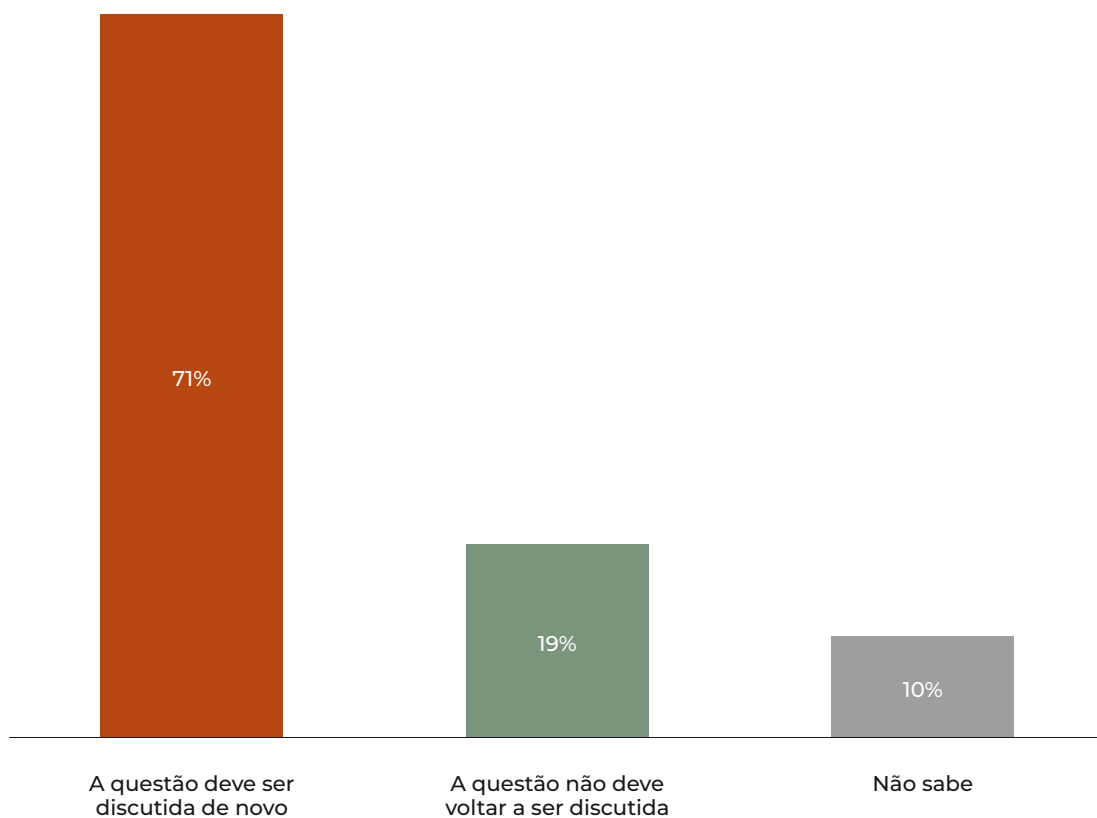
A REGIONALIZAÇÃO

- O processo de regionalização deve ser reaberto
- Um novo referendo é a opção preferida para a tomada de decisão
- Os presidentes das regiões (CCDR), devem ser escolhidos por eleição direta

A regionalização deverá ser novamente discutida

Em 1998, os portugueses foram chamados a pronunciar-se em referendo sobre a regionalização. Considera que esta questão deve ser discutida de novo?

% Inquiridos



71%

dos inquiridos gostaria que a discussão sobre a regionalização fosse reaberta

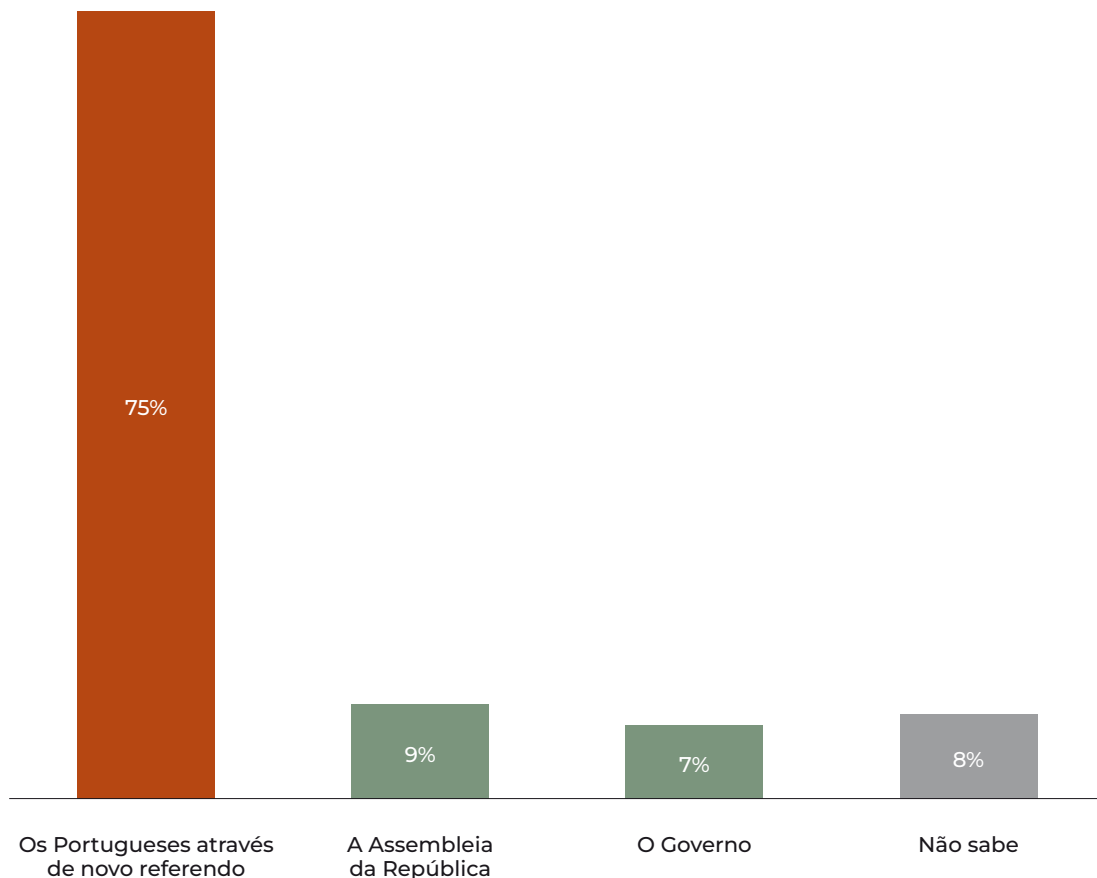
A larga maioria dos inquiridos gostaria de ver reaberta a discussão sobre regionalização (71%), sendo que apenas 1 em cada 5 inquiridos é da opinião que o tema não deve voltar a ser discutido.

Esta posição é transversal a todo o território nacional, embora na região Norte os inquiridos sejam ligeiramente mais favoráveis à reabertura desta discussão (74%).

Devemos referendar a regionalização ou delegar essa decisão

Se a questão for de novo discutida, na sua opinião quem é que deve ser chamado a tomar uma decisão?

% Inquiridos



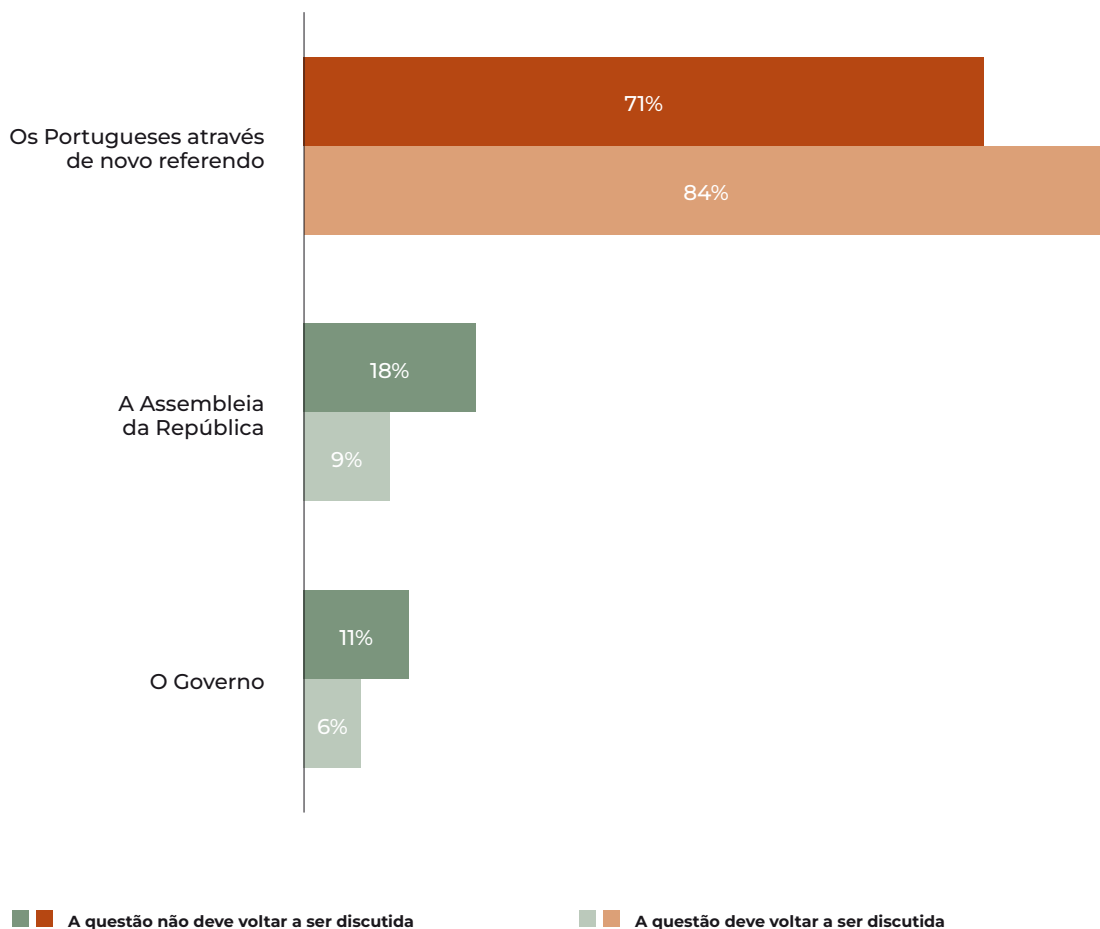
75%

dos inquiridos entende que a decisão sobre regionalização deve ser feita através de referendo.

A larga maioria dos inquiridos entende que a decisão sobre a regionalização deve ser tomada através de novo referendo (75%), com apenas 9% a preferir que a decisão seja assumida pela Assembleia da República e 7% a defender que a decisão seja do Governo.

Revisitar a regionalização e concordância com decisão por referendo

% Inquiridos que preferem um referendo por desejo de ver (ou não ver) o tema da regionalização reaberto



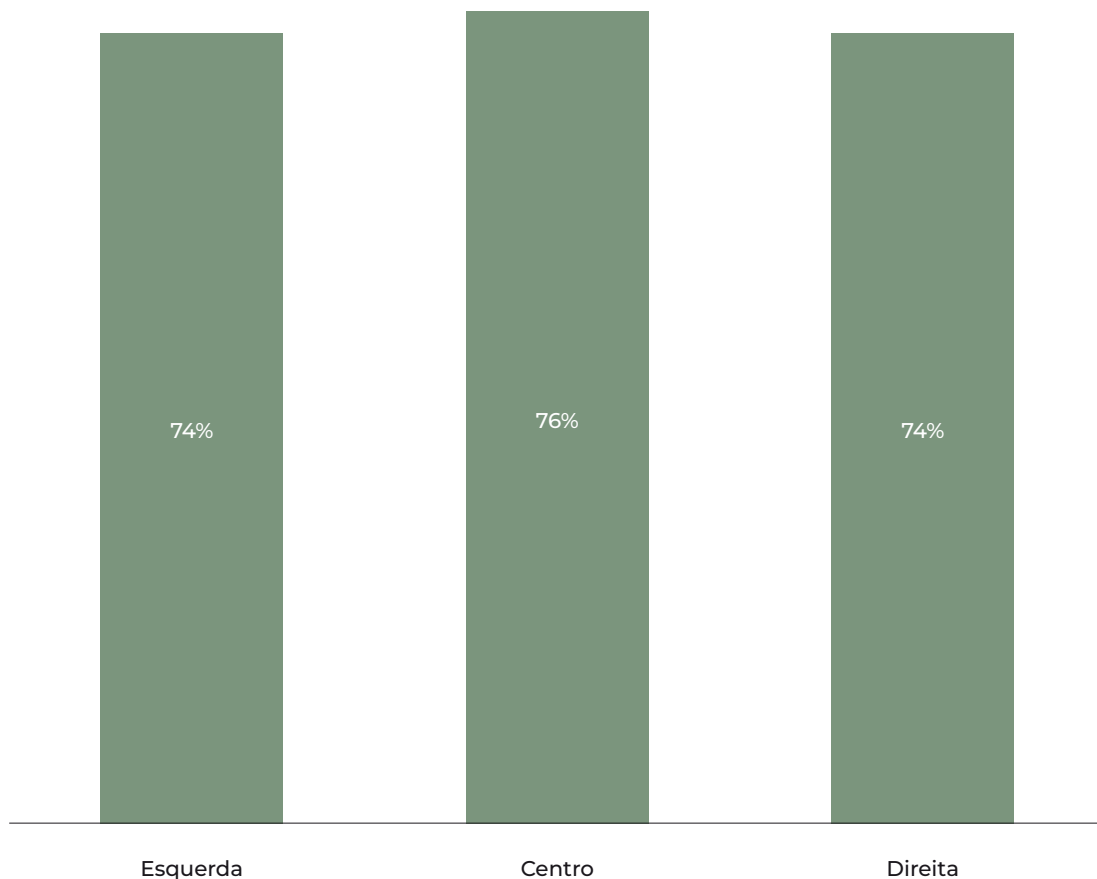
71%

dos que entendem que esta questão não deve ser discutida, concordam que, caso venha a ser, seja feito um referendo

De entre os inquiridos que desejam ver a regionalização novamente discutida, uma larga maioria defende a realização de um novo referendo – 84%. Mesmo os inquiridos que consideram que a questão não deve ser reaberta, preferem a realização de um novo referendo (71% deste grupo).

Posicionamento ideológico e concordância com referendo

% Inquiridos que preferem que a decisão seja tomada por referendo por posicionamento ideológico



Cerca de

75%

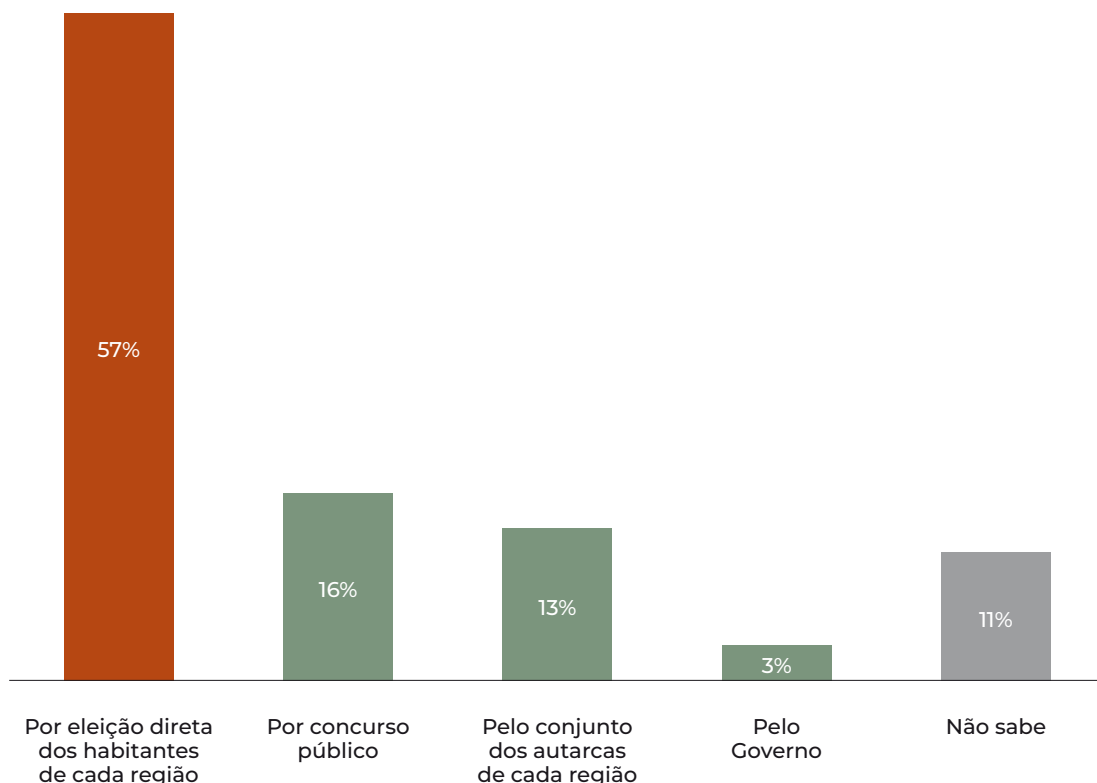
dos inquiridos em cada grupo ideológico concorda com o referendo à regionalização

De referir que a percentagem de inquiridos que gostariam de ver esta decisão tomada por referendo se distribuem de forma muito semelhante por toda a escala de posicionamento ideológico, ou seja, da esquerda à direita, cerca de 75% dos respondentes em cada grupo ideológico é favorável a um referendo à regionalização.

Como devem ser escolhidos os presidentes das regiões (CCDR)

De acordo com a sua opinião, os Presidentes das CCDR devem ser escolhidos de que forma?

% Inquiridos



57%

dos inquiridos é da opinião que os presidentes das CCDR sejam eleitos pelos habitantes da região.

Uma clara maioria dos inquiridos é da opinião que os presidentes das CCDR deveriam ser eleitos por sufrágio direto (57%), sendo que apenas 3% concordaria em atribuir esta responsabilidade aos governos. Esta distribuição mantém-se quando se decompõe por posicionamento ideológico, revelando que independentemente do inquirido se considerar mais de esquerda ou de direita, a maioria partilha a preferência pela eleição direta do presidente da CCDR.

Conclusões

MUNICIPALISMO

- Confiança positiva nos municípios acompanhada de valorização comparativamente alta das respostas das políticas públicas locais
- Perceção de melhoria das condições de vida no município, enquanto situação da envolvente externa se degrada
- Na satisfação com alguns serviços, o Algarve está claramente mais satisfeito com o turismo e menos satisfeito com a habitação
- O Alentejo é o local onde uma menor proporção dos inquiridos entende que o seu município melhorou nos últimos 4 anos

DESCENTRALIZAÇÃO

- Escasso conhecimento do processo de descentralização das políticas públicas
- Maioria defende mais transferências de responsabilidades para o poder local
- É na região Centro que a maioria dos inquiridos são favoráveis a uma maior transferência de competências
- Paradoxo: os setores onde se avançou mais no processo de descentralização são aqueles em que os inquiridos entendem que as responsabilidades deveriam ser mais da Administração Central (ex., saúde e educação)

REGIONALIZAÇÃO

- Interesse muito expressivo em voltar a discutir a regionalização
- Os inquiridos são muito favoráveis a que a decisão seja através de um novo referendo
- A preferência por referendo é transversal a todos os posicionamentos ideológicos
- Os presidentes das CCDR devem ser eleitos por sufrágio direto aos habitantes das regiões

